



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Sr. Cap. Alberto Neto)

Requer da Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, informações sobre o desmatamento na região da Amazônia Legal, que aumentou 68% em janeiro comparado ao mesmo período do ano anterior, alcançando 133 km² de área destruída.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhado a Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, solicitação de informações sobre a o desmatamento na região da Amazônia Legal, que aumentou 68% em janeiro comparado ao mesmo período do ano anterior, alcançando 133 km² de área destruída. Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

- 1) Ministra Marina Silva, considerando o aumento de 68% no desmatamento da Amazônia Legal em janeiro de 2025, quais medidas emergenciais seu ministério está implementando para reverter esta tendência alarmante antes da realização da COP30?
- 2) Os dados mostram que Mato Grosso, Roraima e Pará concentram 88% da devastação. Existe alguma estratégia específica para estes estados





- ou algum diálogo com os governos estaduais para enfrentar o problema de forma coordenada?
- 3) A degradação florestal aumentou 21 vezes em comparação com 2024. Como o ministério pretende combater especificamente as queimadas e a extração ilegal de madeira que são as principais causas deste tipo de dano?
 - 4) O atual governo havia prometido reduzir significativamente o desmatamento, mas os números de janeiro de 2025 mostram um resultado contrário. O que explica essa discrepância entre as metas estabelecidas e a realidade observada nos dados do Imazon?
 - 5) Com a aproximação da COP30, que será sediada no Brasil, qual é a estratégia do Ministério do Meio Ambiente para apresentar resultados concretos na preservação da Amazônia à comunidade internacional e recuperar a credibilidade do país em relação às questões ambientais?

Justificativa

O início de 2025 trouxe dados preocupantes sobre a situação da Amazônia Legal. O desmatamento na região aumentou 68% em janeiro, comparado ao mesmo período do ano anterior, alcançando 133 km² de área destruída. Esse número representa mais de 400 campos de futebol devastados diariamente, constituindo o sexto pior índice da série histórica para o mês, de acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon.

O estado do Mato Grosso lidera o ranking da devastação, sendo responsável por 45% do total da área desmatada. Em seguida aparecem Roraima e Pará que, juntos com Mato Grosso, concentram 88% da perda de vegetação na região amazônica. Além do desmatamento propriamente dito, a degradação florestal também apresentou aumento significativo, atingindo 355 km² em janeiro - um volume 21 vezes maior que o registrado em 2024. Essa degradação é causada principalmente por queimadas e extração ilegal de madeira.

Esses números colocam o governo de Luiz Inácio Lula da Silva sob forte pressão, especialmente após as promessas feitas pela ministra do





Meio Ambiente, Marina Silva, sobre o combate ao desmatamento. A situação torna-se ainda mais delicada Clima (COP30), o que aumenta a expectativa internacional por resultados concretos na preservação da floresta.

Os dados históricos revelam que os piores índices de desmatamento para o mês de janeiro ocorreram em diferentes administrações governamentais. Os recordes negativos foram registrados em 2015 durante o governo de Dilma Rousseff (288 km²), em 2022 no governo de Jair Bolsonaro (261 km²), e em 2023 já no governo Lula (198 km²).

Segundo Larissa Amorim, pesquisadora do Imazon, os números atuais representam um sinal de alerta que evidencia a necessidade de fortalecer as ações de monitoramento. Ela afirma que para reverter esse cenário é fundamental intensificar a fiscalização, ampliar as operações de combate aos crimes ambientais e fortalecer políticas que incentivem a proteção e o uso sustentável da floresta.

A oposição já começou a utilizar esses dados para cobrar medidas mais efetivas do governo federal no combate ao desmatamento na Amazônia, região que se estende por mais de 5 milhões de km² e abrange nove estados brasileiros. O cenário atual reforça a urgência de implementação de políticas ambientais mais rígidas e fiscalização eficaz para conter a destruição da maior floresta tropical do mundo, vital para o equilíbrio climático global.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 05 de março de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM

